



PREFEITURA
DE NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG

PROVA OBJETIVA – TARDE

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (CGM)

DIREITO

PROVA TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- Cada questão discursiva deverá ser respondida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e para o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da(s) folha(s) de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na(s) folha(s) de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas ou em sua(s) folha(s) de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da(s) sua(s) folha(s) de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas ou folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na(s) folha(s) de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

MÓDULO I

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Analise a tira a seguir.



Sobre a tira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cena mostra a desistência de lutar em função dos perigos.
- (B) As flechas representam os “tempos difíceis” a que se refere a fala de um dos personagens.
- (C) A cena mostra a fuga de uma situação difícil.
- (D) A fala do personagem critica a ação dos inimigos.
- (E) A fala do personagem justifica a ação de derrubada da porta de um provável castelo.

2

Assinale a opção que apresenta o segmento narrativo que mostra uma situação de *suspense*.

- (A) A cena final do filme mostrou o menino desamparado, abandonado pelos pais, que foram arrastados pela correnteza.
- (B) O carro aproximou-se da entrada da garagem do prédio e, ao saltar para abrir a porta, o motorista foi assaltado por dois homens.
- (C) O passageiro procurava os óculos em seus bolsos e não os encontrou, mas ao levantar-se do banco, notou os óculos quebrados no assento.
- (D) Ele entrou rapidamente no Banco e dirigiu-se ao caixa mais próximo, sem notar que havia uma fila de espera. Os outros clientes reclamaram de imediato e ele teve que entrar no final da fila.
- (E) Sacudiu o embrulho para ver se adivinhava o conteúdo, mas estava difícil: os ruídos eram baixos, como se algo estivesse acolchoado; tentou mais uma vez e nada! Desistiu e achou melhor esperar a irmã que abriria o pacote.

3

Nas frases a seguir, os termos em destaque foram substituídos para evitar-se a repetição de palavras.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita por um hiperônimo (vocábulo de conteúdo geral).

- (A) O livro que li é da autoria de Machado de Assis.
- (B) Meu primo comprou a motocicleta na semana passada e já bateu com ela.
- (C) A escultura fica logo à entrada da exposição, mas a obra não chama muito a atenção.
- (D) A polícia não tem pista dos ladrões, mas pretende prender os gatunos em pouco tempo.
- (E) Eu escrevi o discurso em menos de uma hora, mas estudei anos para fazê-lo nesse tempo curto.

4

Leia o trecho a seguir.

Estêvão murmurou algumas palavras, a que tentou dar um ar de gracejo, mas que eram fúnebres como um cipreste. Luís viu-lhe então, à luz das estearinas, alguma vermelhidão nos olhos, e adivinhou, — não era difícil, — que houvesse chorado. Pobre rapaz! suspirou ele mentalmente. Dali foram os dois para o quarto, que era uma vasta sala, com três camas, cadeiras de todos os feitios, duas estantes com livros e uma secretária, — vindo a ser ao mesmo tempo, alcova e gabinete de estudo. O chá subiu daí a pouco.

Machado de Assis. *A Mão e a Luva*.

Uma narrativa se apoia em evolução cronológica, com uma série de elementos linguísticos que participam desse processo. Entre esses elementos, os conectivos temporais são muito importantes, como no seguinte exemplo:

- (A) “a que tentou dar um ar de gracejo,”
- (B) “mas que eram fúnebres como um cipreste.”
- (C) “Luís viu-lhe então, à luz das estearinas, alguma vermelhidão nos olhos,”
- (D) “Dali foram os dois para o quarto,”
- (E) “vindo a ser ao mesmo tempo, alcova e gabinete de estudo.”

5

Assinale a opção que exemplifica a junção de um modo textual narrativo com um texto publicitário.

- (A) Faça como todos os executivos americanos: use canetas Tintex.
- (B) Se você pretende destacar-se em seu trabalho, faça como todos os homens de sucesso: vista Classex.
- (C) Assim que entrou na festa, o rapaz pôde verificar o sucesso produzido pelas camisas Flexa. Sucesso imediato!
- (D) Uma bonita boneca de porcelana, com movimento na cabeça, nos braços e nas pernas. Sucesso obrigatório entre as meninas. Compre Plumex!
- (E) O automóvel é forrado de couro marrom escuro, com o teto um pouco mais claro; os vidros das janelas são blindados. Essa é a segurança trazida pelos automóveis da Rodex!

6

Junte as duas frases a seguir com o auxílio de um pronome relativo.

1. Li o novo romance de Ariano Suassuna.
2. Comprei o novo romance de Ariano Suassuna na livraria do *shopping*.

Assinale a opção que apresenta a forma adequada.

- (A) Li o novo romance de Ariano Suassuna, que comprei na livraria do *shopping*.
- (B) Li o novo romance de Ariano Suassuna, cujo comprei na livraria do *shopping*.
- (C) Na livraria do *shopping* onde comprei o novo romance de Ariano Suassuna, eu o li.
- (D) Li o novo romance de Ariano Suassuna, onde o comprei na livraria do *shopping*.
- (E) Li o novo romance, comprado na livraria do *shopping*, a qual é de Ariano Suassuna.

7

Assinale a frase em que o termo sublinhado foi convenientemente substituído por uma só palavra, formada com a ajuda de um prefixo.

- (A) Após a discussão na palestra, decido fazer análise de mim mesmo. / autoanálise.
 (B) A múmia, descoberta há pouco tempo, deve causar furor entre os arqueólogos. / pós-descoberta.
 (C) O Partido Socialista fez uma declaração a favor do Parlamentarismo. / pré-Parlamentarismo.
 (D) O Santos foi campeão três vezes nos últimos dez anos. / tetracampeão.
 (E) O deputado carregava uma faixa contra o projeto. / antiprojeto.

8

Assinale a opção que mostra a frase em que ocorre uma repetição desnecessária.

- (A) A armadilha foi montada para o criminoso.
 (B) Cada candidato, individualmente, deve votar em voz alta.
 (C) A equipe estava reunida ao redor do treinador.
 (D) O navio ficou atracado no cais por cinco dias.
 (E) Meu carro ficou estacionado diante de minha casa.

9

Assinale a opção em que a proposta de substituição do termo sublinhado por um verbo de valor equivalente foi feita de forma adequada.

- (A) O vento fez renascer o fogo. / reacendeu.
 (B) A freada do veículo a fez cair. / desmoronar.
 (C) Dedicar-se integralmente ao trabalho. / Prender-se.
 (D) Pagar totalmente as prestações do carro. / Renovar.
 (E) Os lobos queriam destruir completamente a propriedade. / afundar.

10

Todas as frases abaixo foram reescritas de modo a retirar-se a palavra "porque", mantendo-se o sentido original.

Assinale a opção em que essa operação foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Emprestei-lhe o carro porque confiava nele. / Emprestei-lhe o carro em confiança.
 (B) O aluno foi expulso porque os pais o exigiram. / O aluno foi expulso por exigência dos pais.
 (C) Porque não enxergava direito procurou um oculista. / Procurou um oculista, logo não enxergava direito.
 (D) Fui aprovado porque muitas pessoas me incentivaram. / Fui aprovado graças ao incentivo de muitas pessoas.
 (E) O funcionário entrou com um guarda-chuva porque estava chovendo muito. / O funcionário entrou com um guarda-chuva por estar chovendo muito.

11

As frases a seguir mostram uma expressão de tom negativo. Tais expressões foram atenuadas com o emprego de negações.

Assinale a opção em que essa forma de atenuação está semanticamente **inadequada**.

- (A) Parece-me que esse cachorro te odeia. / não gosta de você.
 (B) Proibiram-nos sair da cadeia. / não entrar na cadeia.
 (C) Parece-me que a vítima vai morrer brevemente. / não vai viver por muito tempo.
 (D) A cama do hotel era desconfortável. / não dava conforto suficiente.
 (E) A feijoadá está azeda. / não está fresca.

12

A preposição por apresenta diferentes *valores semânticos*.

Assinale a frase em que o valor semântico dessa preposição está corretamente indicado.

- (A) Daria todas as minhas posses por uma fração de tempo. / em troca de.
 (B) A História é escrita por pessoas imparciais. / em nome de.
 (C) Deixe que os outros elogiem os tempos antigos; estou muito feliz por ter nascido agora. / condição.
 (D) O show foi cancelado quando por umas cinquenta pessoas já estavam no estádio. / em relação a.
 (E) A realização do comício está por uma autorização do secretário municipal. / ao lado de.

13

Assinale a opção em que a preposição sublinhada tem *valor nocional*, ou seja, **não** é exigida por nenhum termo anterior.

- (A) O homem honrado representa seu papel o melhor possível, sem se preocupar com a galeria.
 (B) Homens há que fogem de alguns trabalhos, mas caem em outros maiores.
 (C) Mas homens são homens. E o melhor deles esquece-se, às vezes, de que é humano.
 (D) Os relógios de ouro são mais valiosos, mesmo quando estão escangalhados.
 (E) A necessidade de dinheiro faz com que pessoas se sacrifiquem.

14

As frases a seguir mostram uma forma sublinhada, composta de *não + verbo*.

Substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente, assinale a opção **inadequada**.

- (A) As nações europeias pediram que o exército russo não avançasse em seus propósitos. / recuasse.
 (B) O autor declarou que não dispunha de tempo para escrever os demais capítulos da novela. / carecia.
 (C) Não aceitou a oferta pelo carro, por considerá-la baixa. / recusou.
 (D) Não abriu a sua casa para evitar a curiosidade do público. / fechou.
 (E) Por sua idade avançada, preferia não gastar dinheiro. / economizar.

LÍNGUA INGLESA

Text I

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively, such as inclusion, ethical behavior, corporate culture, and embracing sustainability across the organization.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

Additional risk areas associated with ESG are varied and can include reliance on third-party data, potential reputational damage from faulty reporting, and the real possibility that an organization's explicit commitments to meet specific sustainability goals could grow into a material weakness.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation. [...] Seeking out objective assurance on all ESG-related risk management processes from a qualified, independent, and properly resourced internal audit function should be part of any ESG strategy.

Adapted from: <https://www.theiia.org/globalassets/documents/communications/2021/june/white-paper-internal-audits-role-in-esg-reporting.pdf>

15

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Social inequalities have prevented endeavors toward change in ESG.
- () The standards for ESG reporting should be less rigid than those for financial reporting.
- () Proper internal auditing requires precise ESG reporting.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) T – F – F.
- (E) T – T – F.

16

The phrasal verb that may replace “mitigate” in “Efforts to mitigate” (1st paragraph), without significant change in meaning, is

- (A) play down.
- (B) play along.
- (C) play back.
- (D) play out.
- (E) play off.

17

The word “address” in “address perceived historical social inequities” (1st paragraph) is a(n)

- (A) preposition.
- (B) adverb.
- (C) article.
- (D) noun.
- (E) verb.

18

When the text informs that the efforts have “spurred organizations” (2nd paragraph), this means that the organizations have been

- (A) threatened.
- (B) prompted.
- (C) hindered.
- (D) thwarted.
- (E) curbed.

19

The opposite of the adjective in “faulty reporting” (4th paragraph) is

- (A) frail.
- (B) fickle.
- (C) flimsy.
- (D) fallible.
- (E) flawless.

20

The text concludes with a

- (A) protest.
- (B) warning.
- (C) complaint.
- (D) suggestion.
- (E) admonishment.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21

Uma empresa de engenharia alugou certa quantidade de ônibus para transportar 600 operários para uma nova obra. Todos os ônibus alugados tinham 42 lugares.

Assinale a opção que indica o número mínimo de ônibus que a empresa deve ter contratado para transportar todos os operários.

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14.
- (E) 15.

22

Certo dia, Tiago entrou na empresa onde trabalha às 8h42min e saiu às 17h. Após o meio-dia ele teve um intervalo para o almoço que durou 50min.

No dia seguinte, observando os registros de entradas e saídas, ele percebeu que, no dia anterior, o período de tempo em que trabalhou antes do almoço foi exatamente o mesmo em que trabalhou depois do almoço.

Nesse dia, Tiago saiu para almoçar às

- (A) 12h20.
- (B) 12h22.
- (C) 12h24.
- (D) 12h26.
- (E) 12h28.

23

No plano cartesiano um objeto móvel parte da origem (0, 0) e faz três movimentos sucessivos: 1 unidade para a direita, 3 para cima e 4 para a direita.

A partir desse ponto, ele faz novamente os mesmos movimentos feitos antes: 1 unidade para a direita, 3 para cima e 4 para a direita repetindo o processo da mesma forma, indefinidamente. Após percorrer um total de 155 unidades, o objeto móvel passou pelo ponto P do percurso.

O ponto P é

- (A) (95, 57).
- (B) (95, 60).
- (C) (96, 59).
- (D) (96, 60).
- (E) (97, 53).

24

Em uma urna, há cartões azuis e cartões vermelhos. Do total de cartões, $\frac{3}{8}$ são vermelhos e o resto é azul. Além disso, $\frac{1}{5}$ dos cartões são triangulares e os demais são de outro formato.

A fração de cartões vermelhos que são triangulares é o dobro da fração de cartões azuis que são triangulares.

A fração de cartões vermelhos que são triangulares é

- (A) $\frac{3}{40}$.
- (B) $\frac{4}{15}$.
- (C) $\frac{16}{55}$.
- (D) $\frac{24}{35}$.
- (E) $\frac{8}{45}$.

25

João teve um ataque de soluços. O primeiro soluço de João ocorreu às 13h20min e João tem um soluço a cada 8 segundos.

O 2024º soluço que João teve ocorreu exatamente às

- (A) 17h49min44s.
- (B) 17h24min38s.
- (C) 16h54min36s.
- (D) 16h32min12s.
- (E) 16h20min30s.

LEGISLAÇÃO**26**

Maria, ocupante de cargo efetivo de Auditor Municipal de Controle Interno (AMCI), da Controladoria Geral do Município de Niterói – CGM, atualmente ocupa o cargo de Secretária Municipal.

De acordo com o Código de Ética Municipal de Niterói (Decreto Municipal nº 14.293/2022), na qualidade de Secretária Municipal, Maria é considerada integrante da

- (A) Administração Superior e lhe é permitido, por ser agente político, apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem, desde que se trate de servidor sujeito a seu poder hierárquico.
- (B) Alta Administração e lhe compete contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública municipal, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior.
- (C) Administração Intermediária e lhe é permitido, por ser agente político, promover campanha política no ambiente de trabalho, valendo-se do aparato público, incluindo bens, materiais e pessoal, de que dispõe em função do cargo.
- (D) Administração Superior e lhe é permitido, por ser agente político, o exercício de atividade política dentro da repartição pública, podendo suas preferências políticas partidárias interferir nas relações de trabalho, vedada a compra de voto.
- (E) Alta Administração e lhe compete possibilitar à sociedade aferir a lisura do processo decisório governamental, mas lhe é vedado criar mecanismo de consulta destinado a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do administrador.

27

Segundo o Decreto Municipal nº 15.123/2023, sobre os princípios a serem observados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Niterói, analise as afirmativas a seguir.

- I. Desenvolvimento de pessoal: veda a retenção do corpo técnico capacitado e a *expertise* necessária à realização dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais.
- II. Alavancagem e adoção de tecnologia da informação: busca a celeridade, a inovação e a resolução de políticas públicas.
- III. Segregação de funções: tem como objetivo uma atuação independente e objetiva.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

De acordo com a Lei Municipal nº 3.466/2020 de Niterói, as opções a seguir apresentam objetivos da Política de Promoção de Integridade e *Compliance* da Administração Pública, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Instituir o Plano de Integridade e *Compliance* nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.
- (B) Assegurar que sejam atendidos, pelas diversas áreas da organização, os requerimentos e as solicitações de órgãos reguladores de controle.
- (C) Proteger a Administração Pública municipal dos atos lesivos que resultem em prejuízos causados por irregularidades, desvios de ética e de condutas e fraudes contratuais.
- (D) Eliminar os riscos inerentes à gestão, provendo maior segurança e transparência em sua execução, e dando início ao processo de responsabilização administrativa e judicial por atos de corrupção.
- (E) Fortalecer o Sistema de Controle Interno, por meio de aprimoramento dos instrumentos de *accountability* e *compliance*, princípios esses correlatos a todos os demais princípios insculpidos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988.

29

A Lei de Acesso à Informação em Niterói (Lei Municipal nº 3.084/2014) dispõe que seja realizada a transparência consistente no dever de o Poder Público promover, independentemente de requerimento, a divulgação em seu sítio oficial, na rede mundial de computadores – Internet, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzida ou custodiada, observado o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Sobre a transparência acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) É própria e as informações não poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, mesmo quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.
- (B) É ativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as concernentes a todos os procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, atas e resultados, bem como todos os contratos celebrados.
- (C) É passiva e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do Poder Público, sendo facultado constar o contato da autoridade de monitoramento de cada órgão ou entidade.
- (D) É direta e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, mas não os registros das despesas, diante de sua natureza sigilosa, até que a despesa seja homologada pela Corte de Contas.
- (E) É reativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as nominais de todos os servidores municipais da administração direta e indireta, contendo seu enquadramento funcional, lotação, mas não a remuneração, as diárias, as indenizações e quaisquer outras verbas custeadas com recursos públicos.

30

João é analista de políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG – do Município de Niterói.

Consoante o que dispõe a Lei nº 3.305/2017, que trata da criação da Controladoria Geral do Município e do Quadro dos Profissionais de Gestão Governamental, João, pela natureza do cargo que ocupa, possui competência que envolve, entre outras,

- (A) a execução de atividades de controle interno, a correição, a ouvidoria e a promoção da integridade pública, bem como a promoção da gestão pública ética, responsável e transparente, na Administração Direta, mas não Indireta, do Município de Niterói.
- (B) a promoção de auditorias governamentais e de conformidade, com análises em aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, podendo, inclusive, apurar atos ou fatos praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos do Município.
- (C) a realização de ações que não têm natureza de atividade exclusiva de Estado, incumbindo-lhe a realização de estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social.
- (D) a execução de auditorias, fiscalizações, diligências e demais ações de controle e de apoio à gestão, nas suas diversas modalidades, relacionadas à aplicação de recursos públicos, bem como à administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade dos atos governamentais.
- (E) a atuação nas áreas de planejamento e de orçamento governamentais, na gestão de pessoas, na gestão da tecnologia da informação e de recursos logísticos, na gestão de recursos materiais, do patrimônio, de processos participativos, bem como, na modernização da gestão e na racionalização de processos.

MÓDULO II**DIREITO CONSTITUCIONAL****31**

A Constituição do país *Alfa*, cujo texto foi elaborado por uma comissão de notáveis e aprovado pela quase totalidade dos eleitores em plebiscito organizado especialmente para esse fim, buscou incorporar as melhores práticas do constitucionalismo contemporâneo. Além disso, buscou contemplar as distintas correntes ideológicas existentes no território de *Alfa*, estruturando arranjos institucionais que permitissem sua coexistência. Por outro lado, apesar de ser muito avançada, destoava dos valores prevaletentes no ambiente sociopolítico, o que comprometia a sua observância e a consequente eficácia.

Considerando os balizamentos dessa narrativa, assinale a opção que indica, corretamente, como a Constituição do país *Alfa* pode ser classificada.

- (A) Cesarista e normativa.
- (B) Nominalista e dirigente.
- (C) Semântica e dogmática.
- (D) Outorgada e democrática.
- (E) Nominal e compromissória.

32

Maria, nascida no território do país *Alfa* quando seus pais, brasileiros natos, se encontravam naquele local a serviço de uma empresa privada brasileira, decidiu se casar com João ao completar vinte e cinco anos.

João é nacional do país *Beta*, que não mantém relações diplomáticas com a República Federativa do Brasil, e, como possui uma ideologia nacionalista, decidiu estabelecer a condicionante de que Maria deveria renunciar à nacionalidade brasileira para, posteriormente, requerer a naturalização ao país *Beta*.

Maria permaneceu no território de *Alfa* durante toda a sua vida e jamais estivera no território brasileiro.

Após analisar a sistemática vigente, Maria concluiu, corretamente, que

- (A) como ela é brasileira nata, não é possível a renúncia alvitrada por João.
- (B) como ela é brasileira naturalizada, em razão do *status* dos seus pais, é possível a renúncia alvitrada por João.
- (C) a nacionalidade é irrenunciável, logo, ainda que tivesse a nacionalidade brasileira, ela não poderia atender ao pedido de João.
- (D) caso ela venha a adquirir a nacionalidade brasileira, será possível renunciá-la, desde que também tenha outra nacionalidade.
- (E) apesar de a nacionalidade poder ser objeto de renúncia em quaisquer circunstâncias, ela não pode renunciar à nacionalidade brasileira por não a possuir.

33

A Lei nº X, do Estado *Alfa*, destinou parte dos recursos arrecadados com os emolumentos pagos pelos serviços notariais e de registro ao Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Estado *Alfa*, gerido pela Instituição, incumbindo-a de fiscalizar o respectivo repasse.

Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional do referido diploma normativo.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento prestado.

- (A) O Ministério Público pode ser aquinhado com os valores descritos na narrativa, mas não pode ser incumbido da sua fiscalização.
- (B) O Ministério Público somente pode ser aquinhado com recursos orçamentários, não com os recursos descritos na narrativa.
- (C) A Lei nº X não poderia ter incursionado nessa temática, porque compete privativamente à União legislar sobre registros públicos.
- (D) A Lei nº X, como o Ministério Público não possui o poder de iniciativa legislativa, deve ter surgido a partir de proposição apresentada pelo chefe do Poder Executivo.
- (E) Os valores que venham a ser recebidos pelo Ministério Público, por imposição constitucional, devem ser abatidos das dotações destinadas à Instituição pela lei orçamentária anual.

34

João, no ano X, decidiu que iria concorrer ao cargo eletivo Y na eleição a ser realizada no ano seguinte.

Ao analisar a legislação vigente com o objetivo de verificar os requisitos que deveria preencher, bem como a presença, ou não, de algum óbice à realização do seu objetivo, concluiu corretamente que estava inelegível.

Ao analisarmos apenas os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito dessa temática, em relação à conclusão de João assinale a afirmativa correta.

- (A) A inelegibilidade não se estende aos cargos do Poder Legislativo.
- (B) A inelegibilidade assume contornos mais amplos que a inabilitação.
- (C) A inelegibilidade pode ser afastada pela desincompatibilização.
- (D) A inelegibilidade deve alcançar qualquer cargo, em qualquer parte do território nacional.
- (E) A inelegibilidade alcança apenas os cargos do Poder Executivo, mas deve se estender por todo o território nacional.

35

O Prefeito do Município *Alfa* vinha reiteradamente descumprindo os termos da Lei ordinária nº X, de caráter nacional, que fora editada pela União no exercício de sua competência legislativa privativa.

Por essa razão, o diretório municipal do partido político Delta solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade, ou não, de ser decretada a intervenção em *Alfa*, bem como eventuais requisitos a serem observados.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento prestado.

- (A) A intervenção pode ser decretada pela União, por se tratar de inobservância de lei federal.
- (B) A decretação da intervenção provocada é cabível, que pressupõe a iniciativa do Ministério Público.
- (C) A intervenção voluntária ou a provocada pode ser decretada, sendo que esta última pressupõe a omissão daquela.
- (D) A decretação da intervenção voluntária é cabível, que deve ser posteriormente aprovada pela Assembleia Legislativa.
- (E) A decretação da intervenção pressupõe a ruptura ou o risco de ruptura da Federação, o que não ocorre com o só descumprimento da lei.

36

Após a regular tramitação de processo de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas do Estado Sigma (TCES) constatou a realização de despesas não comprovadas, o que caracterizava desvio de recursos em detrimento de terceira pessoa, tendo realizado a imputação de débito a Pedro, servidor público estadual que figurara como ordenador de despesas, para fins de ressarcimento ao erário.

Acerca dessa situação, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A decisão do TCES tem a eficácia de título executivo judicial.
- (B) O ressarcimento dos respectivos valores é imprescritível, por ter como destinatário o Estado.
- (C) O ressarcimento dos respectivos valores é prescritível, considerando a natureza da análise realizada.
- (D) O ressarcimento dos respectivos valores é imprescritível, por estar configurado ato de improbidade administrativa.
- (E) O ressarcimento dos respectivos valores é prescritível, a exemplo do que se verifica com a generalidade das condenações de ressarcimento em prol da Fazenda Pública.

37

Em razão dos eventos climáticos que assolaram o Estado *Alfa*, gerando graves danos para os distintos setores econômicos e para a generalidade da população, foi editada a Lei estadual nº X, que estabeleceu requisitos para a suspensão ou a interrupção do serviço de energia elétrica, vedando, ainda, que essas medidas fossem adotadas nas circunstâncias excepcionais que indicava.

Irresignada com o teor da Lei estadual nº X, a associação das sociedades empresárias do setor solicitou que um especialista analisasse a competência do Estado *Alfa* para legislar sobre a matéria.

Assinale a opção que indica, corretamente, a resposta do especialista.

- (A) O diploma normativo trata de energia, de competência legislativa privativa da União.
- (B) O diploma normativo trata de direito econômico, de competência legislativa privativa da União.
- (C) O diploma normativo trata de típico interesse local, de competência legislativa privativa dos Municípios.
- (D) O diploma normativo trata de proteção ao consumidor, de competência legislativa comum entre os entes federativos.
- (E) O diploma normativo trata de relação de consumo, de competência legislativa concorrente entre a União e o Estado.

38

Determinado Secretário Municipal, ao interpretar um preceito constitucional, chegou à conclusão de que a atribuição de significado ao significante interpretado, apesar da intransponibilidade dos limites textuais, não pode desconsiderar a influência da realidade.

Sobre a conclusão do Secretário Municipal, à luz das distintas teorias e métodos de interpretação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) É compatível com a tópica pura.
- (B) É compatível com o originalismo.
- (C) Não é compatível com o realismo jurídico.
- (D) Não é compatível com a metódica estruturante.
- (E) Não é compatível com a mutação constitucional.

39

A grande mobilização de servidores públicos no Município *Alfa*, realizada no último mês, reivindicou, junto ao Prefeito Municipal, que fosse apresentada proposição legislativa à Câmara Municipal alterando o respectivo regime próprio, de modo a estabelecer critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria de certos servidores. Os servidores beneficiados seriam aqueles que exercessem suas atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

Sobre a reivindicação apresentada, considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser acolhida, sendo que terá a forma de projeto de lei complementar.
- (B) Não pode ser acolhida, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- (C) Pode ser acolhida, mas deve alcançar, por isonomia, os ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão.
- (D) Não pode ser acolhida, pois essa sistemática é específica do regime geral de previdência social, não podendo ser adotada pelo regime próprio.
- (E) Não pode ser acolhida, pois a ordem constitucional exaure os critérios diferenciados passíveis de serem adotados para o cômputo de idade e tempo de contribuição.

40

Em uma gincana jurídica, os grupos *Alfa*, *Beta* e *Gama* foram instados a discorrer sobre o Poder Constituinte (PC). Para *Alfa*, o PC originário não está sujeito a limites preexistentes por ser um poder de direito. Para *Beta*, o PC derivado está sujeito a limites circunstanciais, mas não a limites materiais. Por fim, para *Gama*, o PC decorrente é um poder limitado e incondicionado.

Ao fim da gincana, os jurados decidiram corretamente que

- (A) *Alfa* está totalmente certo.
- (B) *Alfa* está totalmente errado e *Beta*, parcialmente certo.
- (C) *Beta* está parcialmente certo e *Gama*, totalmente errado.
- (D) *Beta* está totalmente errado e *Gama*, parcialmente certo.
- (E) *Alfa* e *Beta* estão parcialmente certos e *Gama*, totalmente certo.

41

Em razão da ausência de repasse de certos recursos pelo Estado *Alfa* ao Município *Beta*, o Chefe do Poder Executivo, devidamente representado pela Procuradoria-Geral do Município, impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*, órgão jurisdicional com competência originária para processar e julgar o feito, conforme dispõe a Constituição do Estado *Alfa*, pois o Governador do Estado figurava como autoridade coatora.

O Tribunal de Justiça, em acórdão manifestamente contrário à Constituição da República, isto na avaliação da Procuradoria-Geral do Município *Beta*, denegou a ordem.

Sobre essa narrativa, na perspectiva constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser interposto recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Pode ser interposto recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Pode ser interposto recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Pode ser interposto recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) A Constituição do Estado *Alfa* não poderia ter instituído nova hipótese de foro por prerrogativa de função.

42

Após amplos debates, foi editada a Lei federal nº X, que buscou coibir a atuação de grupos armados civis em detrimento do Estado de Direito. Para tanto, considerou essa conduta infração penal, bem como que seria tida como (I) inafiançável, (II) imprescritível e (III) insuscetível de graça ou anistia.

Esse diploma normativo foi muito comemorado por certos setores do ambiente sociopolítico e duramente criticado por outros; a divisão de opiniões decorria de visões distintas em relação à proporcionalidade, ou não, das medidas de coibição adotadas, e sua compatibilidade com os direitos fundamentais.

Sobre a hipótese apresentada, considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a medida I decorre de previsão constitucional.
- (B) Apenas as medidas I e II decorrem de previsão constitucional.
- (C) Por se tratar de infração política, a conduta não poderia ser tipificada como infração penal.
- (D) As medidas descritas em I, II e III afrontam o princípio constitucional de individualização da pena.
- (E) O legislador infraconstitucional possui liberdade de conformação para definir as infrações penais que serão alcançadas pelas medidas descritas em I, II ou III.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

43

Em relação à Reforma de 2021 da Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para fins de apuração do valor do dano ao erário, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados e do valor total a ser ressarcido, no prazo de trinta dias.
- (B) A legitimidade para firmar acordo de não persecução civil no contexto do combate à improbidade administrativa exsurge como decorrência lógica da própria legitimidade para a ação, razão pela qual não se estende às pessoas jurídicas interessadas.
- (C) A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade é constitucional, pois promove a defesa do patrimônio público, atendendo ao princípio da eficiência. (Art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988).
- (D) O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, o ressarcimento do valor do dobro do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, exceto se oriunda de agentes privados.
- (E) A previsão de obrigatoriedade de atuação da assessoria jurídica na defesa judicial do administrador público afronta a autonomia dos Estados-Membros e desvirtua a conformação constitucional da Advocacia Pública delineada pelos artigos 131 e 132 da Constituição Federal de 1988, ressalvada a possibilidade de os órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, nos termos de legislação específica.

44

Durante operação da polícia do Estado *Alfa* na comunidade *Beta*, houve confronto armado, com disparos de armas de fogo, entre os agentes de segurança pública e integrantes de uma organização criminosa, que resultou na morte do idoso Antônio, que foi atingido no peito por uma bala perdida.

Familiares de Antônio ajuizaram ação indenizatória em face do Estado *Alfa*. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir, em tema de responsabilidade civil do Estado.

- I. O Estado é responsável objetivamente, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Integral.
- II. É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.
- III. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

O Estado *Ômega*, atendendo à prioridade absoluta das crianças e adolescentes, editou lei instituindo a Política Estadual de Prevenção, Enfrentamento das Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em tal lei constou norma dispondo que “O Chefe do Poder Executivo regulamentará a matéria no âmbito da Administração Pública Estadual no prazo de 90 dias.”

Sobre a norma destacada, em tema de poder administrativo normativo e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É objeto de interpretação conforme a Constituição e pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, mas é necessária prévia declaração de mora pelo Tribunal de Contas.
- (B) É constitucional, pois replica em nível estadual o mesmo tratamento conferido pela legislação federal, que faculta ao Legislador estabelecer prazo de noventa dias para exercício do poder-dever regulamentar.
- (C) É inconstitucional, pois o chefe do Poder Executivo somente pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, após ser declarada sua mora pelos Poderes Legislativo ou Judiciário.
- (D) É inconstitucional, pois compete ao chefe do Poder Executivo examinar a conveniência e a oportunidade para desempenho das atividades normativas que lhe são inerentes, devendo ser observada a separação dos poderes.
- (E) É objeto de interpretação conforme a Constituição, pois o chefe do Poder Executivo pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, mas deve ser observado o prazo de um ano para edição do ato.

46

De acordo com o Decreto nº 4.410/2002, a Convenção Interamericana contra a Corrupção é aplicável aos atos de corrupção elencados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) O aproveitamento doloso, culposo ou por erro, e a ocultação de bens provenientes de qualquer dos atos que ensejem enriquecimento ilícito, com imprescindível dano ao erário.
- (B) A realização, por parte de um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer ato ou omissão no exercício de suas funções, a fim de obter ilicitamente benefícios para si mesmo ou para um terceiro.
- (C) A participação, como autor, coautor, instigador, cúmplice, acobertador ou mediante qualquer outro modo na perpetração, na tentativa de perpetração ou na associação ou confabulação para perpetrar qualquer dos atos a que se refere este artigo.
- (D) A solicitação ou a aceitação, direta ou indiretamente, por um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens para si mesmo ou para outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas.
- (E) A oferta ou a outorga, direta ou indiretamente, a um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens a esse funcionário público ou outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas.

47

Em tema de reintegração de servidor público do Município de Niterói, analise as afirmativas a seguir.

- I. A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judicial, é o retorno do funcionário ao serviço público municipal, sem ressarcimento do vencimento, direito e vantagens atinentes ao cargo.
- II. A decisão administrativa que determinar a reintegração será sempre proferida em pedido de reconsideração, recurso hierárquico ou revisão de processo.
- III. Reintegrado administrativa ou judicialmente o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será exonerado de plano ou, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, sem direito, em ambos os casos, a qualquer indenização.

À luz do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Niterói (Lei Municipal nº 531/1985), está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

48

A respeito das situações que podem ocorrer no curso de um contrato de concessão de determinado serviço público celebrado entre o Município *Alfa* e a concessionária *Beta*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O serviço está sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- II. A concessionária descumpriu cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- III. A concessionária perdeu as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 8.987/1995, a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando ocorrer a situação descrita em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

O Município *Alfa* pretende obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa, mas a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, apesar de o Poder Executivo local não possuir pendências no tema.

A respeito do Município *Alfa* obter a citada certidão, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível, desde que haja prévia e imprescindível decisão judicial autorizativa.
- (B) É inviável, tendo em conta o princípio da legalidade da Administração Pública.
- (C) É inviável, tendo em conta o princípio da impessoalidade da Administração Pública.
- (D) É possível, desde que haja expressa autorização da Controladoria Geral do Município.
- (E) É possível, tendo em conta o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.

50

De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a opção que indica uma das penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nessa Lei.

- (A) Cassação dos direitos políticos.
- (B) Multa no valor de até 20 (vinte) salários mínimos.
- (C) Suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos.
- (D) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, com prazo máximo de 5 (cinco) anos.
- (E) Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

51

Em tema de processo decisório das agências reguladoras, com base na Lei nº 13.848/2010, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedado à agência reguladora adotar processo de delegação interna de decisão.
- (B) A agência reguladora deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.
- (C) A agência reguladora, por decisão colegiada, não poderá convocar audiência pública para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante, mas deverá fazê-lo após o ato.
- (D) Serão objeto de consulta pública, apenas após a tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.
- (E) A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que não poderá conter informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

52

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Em tema de processo administrativo de responsabilização, consoante dispõe Lei Anticorrupção, a personalidade jurídica

- (A) não poderá ser desconsiderada, exceto por decisão judicial, preenchidos os requisitos previstos no Código Civil.
- (B) não poderá ser desconsiderada, exceto por decisão judicial, no curso de ação judicial, preenchidos os requisitos previstos na Lei da Ação Civil Pública.
- (C) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei que causarem danos vultosos ao erário, sendo incabível quando provocar confusão patrimonial.
- (D) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- (E) poderá ser desconsiderada sempre que for celebrado acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resultem a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

53

De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, cada Estado-Parte, quando for apropriado e de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, procurará adotar sistemas de convocação, contratação, retenção, promoção e aposentadoria de funcionários públicos e, quando proceder, de outros funcionários públicos não empossados, ou manter e fortalecer tais sistemas.

Sobre esses sistemas, com base no Decreto nº 5.687/2006, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Estarão baseados em princípios de eficiência e transparência e em critérios objetivos como o mérito, a equidade e a aptidão.
- (B) Fomentarão uma remuneração adequada e escalas de soldo equitativas, tendo em conta o nível de desenvolvimento econômico do Estado-Parte.
- (C) Incluirão procedimentos adequados de seleção e formação dos titulares de cargos públicos que se considerem especialmente vulneráveis à corrupção, assim como, quando proceder, a rotação dessas pessoas em outros cargos.
- (D) Fomentarão, em conformidade com os princípios da legislação interna de cada Estado-Parte, a adoção de sistemas de controle interno, mas não externo, destinados a promover a transparência e a prevenir conflitos de interesses, ou a manter e fortalecer tais sistemas.
- (E) Promoverão programas de formação e capacitação que lhes permitam cumprir os requisitos de desempenho correto, honroso e devido de suas funções e lhes proporcionem capacitação especializada e apropriada para que sejam mais conscientes dos riscos da corrupção inerentes ao desempenho de suas funções.

54

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com as finalidades a seguir elencadas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (B) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (C) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (D) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa administrativa e ressarcimento do dano causado ao erário.
- (E) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

DIREITO FINANCEIRO

55

Em relação ao projeto de lei que prevê a instituição de um novo plano plurianual, assinale a afirmativa correta.

- (A) O projeto deve ser de iniciativa do Poder Executivo e deve compreender as metas e as prioridades da administração pública.
- (B) O projeto deve ser de iniciativa do Poder Judiciário, visando à uniformização das políticas de investimento e diretrizes econômicas.
- (C) O projeto deve ser de iniciativa do Poder Legislativo e deve prever apenas despesas de caráter eventual, sem a necessidade de regionalização.
- (D) O projeto deve ser de iniciativa conjunta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, e deve abranger todas as entidades privadas que colaboram com a administração pública.
- (E) O projeto deve ser de iniciativa do Poder Executivo, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada.

56

A União está elaborando sua legislação orçamentária e enfrenta dúvidas sobre quais normas devem ser estabelecidas por lei complementar, conforme disposto no Art. 165, § 9º, da Constituição Federal de 1988.

Com base no texto constitucional, assinale a opção que deve ser disciplinada por meio de lei complementar.

- (A) Estabelecer as metas e as prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente.
- (B) Dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
- (C) Definir o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas estatais.
- (D) Aprovar o orçamento anual diretamente.
- (E) Abrir créditos adicionais e extraordinários.

57

Considere a seguinte situação hipotética: o Município de Niterói enfrenta uma significativa redução na receita de *royalties* de petróleo, sendo inferior ao estimado pela Agência Nacional de Petróleo para o ano fiscal corrente e a estimada na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que ameaça o equilíbrio financeiro do orçamento municipal.

Diante dessa situação, propôs-se a utilização dos recursos do Fundo de Equalização da Receita (FER) para cobrir as despesas municipais.

Quanto às condições que devem ser atendidas para que os recursos do FER sejam utilizados, com base na Lei Orgânica de Niterói, assinale a afirmativa correta.

- (A) A utilização dos recursos do FER é limitada a 50% da frustração de receita estimada na LOA e a 20% do montante geral do FER.
- (B) Os recursos do FER podem ser usados livremente para pagamento de salários de servidores municipais, sem qualquer limitação.
- (C) É permitido utilizar até 90% dos recursos do FER para qualquer fim, se autorizado pela Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal do Município.
- (D) A utilização dos recursos do FER é permitida para pagamento de qualquer tipo de dívida do Município, sem restrições, caso a receita de *royalties* seja inferior ao estimado.
- (E) Os recursos do FER podem ser utilizados a qualquer momento para pagamento de dívidas municipais, desde que a frustração de receita seja superior a 10% do estimado na LOA.

58

Durante uma auditoria nas contas da Prefeitura de Niterói, identificou-se que uma entidade privada que recebeu recursos públicos do Município não comprovou a legalidade de suas despesas e não apresentou um relatório de resultados financeiros.

Com base na Lei Orgânica Municipal, assinale a opção que indica a conduta correta que o Executivo, por meio do sistema de controle interno, deve adotar ao identificar tais irregularidades.

- (A) O sistema de controle interno deve registrar a irregularidade apenas para fins estatísticos, sem necessidade de comunicação externa.
- (B) O sistema de controle interno deve obrigatoriamente informar o Tribunal de Contas sobre a irregularidade, sob pena de responsabilidade solidária.
- (C) O sistema de controle interno pode optar por não relatar a irregularidade ao Tribunal de Contas se verificar que não houve dano relevante.
- (D) O sistema de controle interno deve apresentar um relatório à Câmara Municipal para fins de apuração de irregularidade, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) O sistema de controle interno deve aguardar a conclusão do processo orçamentário do ano seguinte para comunicar a irregularidade aos controles externos, sob pena de responsabilidade pessoal.

59

Considere a seguinte situação hipotética: o Prefeito recém-eleito de Niterói, conforme exigido pela Lei Orgânica Municipal, precisa apresentar um planejamento que contemple as metas para sua gestão. Ele está preocupado com as normas relacionadas à elaboração de planos orçamentários e precisa entender suas responsabilidades legais.

Com base na Lei Orgânica do Município de Niterói, assinale a opção que indica o prazo máximo que o Prefeito dispõe, após a sua posse, para apresentar o Programa de Metas de sua gestão.

- (A) 30 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 120 dias.
- (E) 150 dias.

60

O Município *Beta* recebeu da União recursos oriundos de emendas individuais impositivas e deseja construir uma nova escola municipal. As emendas foram transferidas na forma de “transferência especial”.

Sobre o uso desses recursos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os recursos transferidos na forma de “transferência especial” devem ser aplicados exclusivamente em despesas correntes, como pagamento de salários de professores.
- (B) Os recursos transferidos na forma de “transferência especial” podem ser utilizados para o pagamento de encargos referentes ao serviço da dívida do município.
- (C) Pelo menos 70% dos recursos da “transferência especial” devem ser aplicados em despesas de capital, como a construção de nova escola, sendo vedada a sua utilização para despesas com pessoal.
- (D) Para utilizar os recursos de “transferência especial” para a construção de nova escola, é necessário que o município celebre convênio ou instrumento congêneres com a União.
- (E) Os recursos transferidos na forma de “transferência com finalidade definida” podem ser utilizados livremente pelo município em qualquer área de sua competência.

61

Durante a análise das contas do Município de Niterói, observou-se que o Prefeito encaminhou um projeto de lei para a Câmara Municipal que criava novas despesas para o Município.

De acordo com a Lei Orgânica de Niterói, assinale a opção que reflete corretamente a regra que deve ser observada em relação à criação de novas despesas.

- (A) O Prefeito pode executar o projeto de lei imediatamente após o envio à Câmara, antes da aprovação.
- (B) O projeto de lei pode ser executado sem a indicação da fonte de recurso, desde que aprovado pela Câmara Municipal.
- (C) As novas despesas podem ser criadas sem a indicação de fonte de recurso se houver previsão de aumento na arrecadação futura.
- (D) Nenhuma nova despesa pode ser ordenada ou satisfeita sem que haja recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal.
- (E) A lei pode ser aprovada mesmo que os recursos sejam provenientes de doações, sem necessidade de previsão no orçamento.

62

Considere a seguinte situação hipotética: foi solicitado a você, auditor do Município de Niterói, esclarecimentos sobre a classificação de receitas arrecadadas pelo Município decorrentes dos tributos, como os impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Com base no Art. 9º da Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que define, corretamente, a receita proveniente dos tributos.

- (A) Receita derivada, cujo uso é restrito ao pagamento de dívidas do Município.
- (B) Receita originária, destinada ao custeio de atividades privadas das entidades públicas.
- (C) Receita originária, empregada no financiamento das despesas de capital do Município.
- (D) Receita derivada, utilizada exclusivamente para investimentos de longo prazo das entidades públicas.
- (E) Receita derivada, destinada ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas pelas entidades de direito público.

63

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* aprovou uma lei orçamentária para o exercício de 2023, que estabelecia diretrizes financeiras, incluindo um aumento no limite de despesas com pessoal para o Poder Legislativo local, ultrapassando os parâmetros estabelecidos. Diante dessa situação, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado para analisar a constitucionalidade da norma.

Sobre o controle de constitucionalidade de leis orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) As leis orçamentárias estaduais não se submetem ao controle de constitucionalidade, pois a violação à Constituição Federal é sempre reflexa.
- (B) O controle de constitucionalidade de leis orçamentárias só pode ser exercido em situações que envolvam ofensa direta e evidente ao direito local, em especial à Constituição do Estado *Alfa*.
- (C) As leis orçamentárias podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos quando materializam atos de aplicação primária da Constituição Federal.
- (D) É possível o controle de constitucionalidade incidental da lei orçamentária, uma vez que é admitido o controle de constitucionalidade em casos de violação reflexa da Constituição Federal.
- (E) As leis orçamentárias, conforme jurisprudência consolidada do STF, não possuem natureza jurídica de lei em sentido estrito e sim de atos de caráter político-administrativo, razão pela qual não se submetem ao controle concentrado de constitucionalidade.

64

Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, decretado pelo Congresso Nacional por iniciativa do Presidente da República, o Poder Executivo federal pretende implementar medidas para enfrentar os efeitos sociais e econômicos decorrentes dessa situação.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitido ao Poder Executivo federal criar despesas obrigatórias de caráter continuado sem restrições legais.
- (B) O Poder Executivo federal pode contratar pessoal temporário e emergencial sem necessidade de observar os princípios da impessoalidade e da publicidade.
- (C) O Poder Executivo federal está autorizado a realizar contratações diretas de obras e serviços sem qualquer tipo de controle pelos órgãos competentes.
- (D) Durante a vigência da calamidade pública, o Poder Executivo federal pode utilizar recursos da seguridade social para finalidades diversas das previstas constitucionalmente.
- (E) As proposições legislativas destinadas exclusivamente ao enfrentamento da calamidade pública, com vigência restrita ao seu período, estão dispensadas de observar limitações legais quanto à criação de despesas e à concessão de benefícios tributários que impliquem renúncia de receita.

CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA

65

Assinale a opção que apresenta o princípio que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Niterói deve observar.

- (A) A eliminação completa de erros ou fraudes na gestão de recursos.
- (B) O exercício de práticas contínuas de gerenciamento de processos.
- (C) O desenvolvimento de pessoal com o intuito de reter corpo técnico capacitado.
- (D) A proteção e o resguardo de informações contábeis sensíveis da Prefeitura Municipal.
- (E) O fomento ao controle externo, exercido por meios diversos de participação do auditor.

66

Com relação à Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), trazendo mudanças significativas nas regras para a responsabilização de agentes públicos e terceiros, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Juízo competente, para as providências necessárias.
- II. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- III. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

67

A competência constitucional do Controle Externo da Administração Pública Municipal é da(o)

- (A) Procuradoria Municipal.
- (B) Controladoria Municipal.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Tribunal de Contas do Estado.
- (E) Tribunal Superior de Contas do Município.

68

Quanto às diferenças entre controle legislativo e controle parlamentar no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle legislativo inclui a criação de leis e a fiscalização do orçamento, enquanto o controle parlamentar é a fiscalização política realizada pelos parlamentares.
- (B) O controle legislativo refere-se apenas à atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), enquanto o controle parlamentar é exercido pelos órgãos externos do Legislativo.
- (C) O controle parlamentar é exercido por órgãos externos ao Legislativo, como o Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto o controle legislativo é exercido pelos seus órgãos internos.
- (D) O controle legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal, enquanto o controle parlamentar é exclusivo da Câmara dos Deputados.
- (E) O controle parlamentar envolve apenas a fiscalização financeira do Executivo, enquanto o controle legislativo envolve apenas a fiscalização financeira do Judiciário.

69

A criação e o fortalecimento dos Conselhos de Usuários são fundamentais para a construção de uma Administração Pública mais democrática e responsiva às demandas da sociedade.

Sobre a ação desses Conselhos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Dificultam a inovação.
- (B) Promovem a *accountability*.
- (C) Criam burocracias desnecessárias.
- (D) Diminuem a legitimidade das decisões.
- (E) Criam dificuldades para a melhoria contínua.

70

A Lei de Participação Social (Lei nº 13.460/2017) estabelece diretrizes para a participação da sociedade na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas públicas, visando garantir a transparência e o controle social da Administração Pública.

Quanto à Lei nº 13.460/2017, relacione os termos a seguir, aos seus respectivos significados.

- I. Agente Público.
- II. Serviço Público.
- III. Administração Pública.
- () Órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.
- () Atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública.
- () Quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) II – III – I.
- (B) III – II – I.
- (C) I – II – III.
- (D) III – I – II.
- (E) II – I – III.

71

O controle jurisdicional da Administração Pública é um dos principais instrumentos para garantir que os atos e políticas do governo sigam a lei e os princípios constitucionais.

Quanto ao controle jurisdicional da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Administração Pública pode revisar e anular seus atos, sem precisar de intervenção do Judiciário, em casos de irregularidades. Contudo, a parte lesada não pode buscar o Judiciário.
- II. O controle jurisdicional deve respeitar a autonomia dos poderes Executivo e Legislativo, sem interferir diretamente em questões de mérito administrativo, apenas em casos de violação da legalidade.
- III. O Judiciário não age por iniciativa própria. Ele é provocado por meio de ações, como mandado de segurança, ação popular, ou ação civil pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

72

Leia o trecho a seguir.

O contencioso _____ refere-se ao conjunto de _____ em que a Administração Pública está envolvida, seja como autora ou como ré, geralmente em litígios relacionados a atos administrativos ou contratos públicos.

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas acima.

- (A) cível – atos
- (B) fiscal – contratos
- (C) tributário – normas
- (D) processual – leis
- (E) administrativo – processos

LICITAÇÃO E CONTRATOS

73

De acordo com o texto da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão

- (A) emitir partes beneficiárias.
- (B) divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.
- (C) lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- (D) adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e Integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, editados pelo Tribunal de Contas.
- (E) tentar solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, mas não entre acionistas controladores e acionistas minoritários, como pressuposto processual negativo obrigatório antes de qualquer judicialização.

74

O Município *Alfa* pretende retomar o serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal, pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 8.987/1995, assinale a opção que indica a modalidade de extinção da concessão cabível.

- (A) Caducidade, que ocorre mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (B) Encampação, que ocorre mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (C) Caducidade, que ocorre mediante processo administrativo decorrente do poder disciplinar, com pagamento posterior de indenização.
- (D) Encampação, que ocorre mediante processo administrativo decorrente do poder disciplinar, com pagamento ulterior de indenização.
- (E) Rescisão, que ocorre mediante lei autorizativa específica, e processo administrativo decorrente do poder hierárquico, com pagamento ulterior de indenização.

75

A autarquia municipal *Alfa*, após os devidos estudos que indicaram a existência de interesse público devidamente justificado e a necessária avaliação, decidiu alienar determinado bem imóvel que não mais é utilizado pela entidade.

Sobre o caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização legislativa é necessária e a licitação, na modalidade leilão, para alienação do bem.
- (B) A autorização legislativa é necessária e a licitação, na modalidade concorrência, para alienação do bem.
- (C) A autorização legislativa não é necessária e dependerá de licitação para alienação do bem, haja vista que tais exigências se aplicam apenas à Administração Direta.
- (D) A licitação, por se tratar de entidade da Administração Indireta, não é necessária, mas depende de autorização legislativa, na modalidade compatível com a natureza do negócio jurídico.
- (E) A autorização legislativa para alienação do bem não é necessária, por se tratar de entidade da Administração Indireta, mas depende de licitação, na modalidade compatível com o valor do imóvel.

76

Sobre o que as cláusulas dos contratos de parceria público-privada devem prever, consoante a Lei nº 11.079/2004, analise as afirmativas a seguir.

- I. Vedação da repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- II. Compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.
- III. Realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

77

João, Secretário de Meio Ambiente do Município *Alfa*, está em vias de celebrar contrato de pequena compra, no valor de cinco mil reais, mas, pelas peculiaridades do caso concreto, pretende fazê-lo de forma verbal.

Para evitar problemas com os órgãos de controles interno e externo, João indagou à Procuradoria do Município sobre a viabilidade jurídica do pretendido contrato.

Assinale a opção que indica, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a resposta recebida.

- (A) A contratação é ilegal, por expressa vedação legislativa a qualquer contratação verbal.
- (B) A contratação é ilegal, por expressa vedação legislativa, exceto em casos de grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública.
- (C) A contratação é ilegal, por expressa vedação legislativa, exceto se houver formalização por escrito do contrato, de forma diferida, no prazo de trinta dias.
- (D) A contratação é legal, pois é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras, assim entendidos aqueles de valor não superior a cinco mil reais.
- (E) A contratação é legal, pois é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.

78

Sobre o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou contratação, analise as afirmativas a seguir.

- I. É constitucional, por não violar o sistema de repartição de competências e atender à vedação ao nepotismo, norma municipal que proíbe a celebração de contratos do município com agentes públicos municipais e respectivos parentes, até o terceiro grau.
- II. Esse impedimento do item anterior não se aplica às pessoas ligadas – por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, inclusive, ou por adoção – a servidores municipais não ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, sob pena de infringência ao princípio da proporcionalidade.
- III. É inconstitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

79

O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Nesse contexto, de acordo com Lei nº 8.987/1995, assinale a afirmativa correta.

- (A) O procedimento administrativo sobre intervenção deverá ser concluído no prazo de até noventa dias, sob pena de considerar-se temerária a intervenção.
- (B) A intervenção far-se-á por lei específica do ente federativo a que pertença o poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (C) Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de dez dias, instaurar procedimento administrativo disciplinar para apurar responsabilidades dos funcionários da concessionária.
- (D) Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem direito à indenização.
- (E) Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

80

Antes da celebração do contrato de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

Nesse contexto, nos termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) À Administração Pública fica vedado ser titular da maioria do capital votante das sociedades de propósito específico.
- (B) A sociedade de propósito específico não poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
- (C) A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e, conforme o regulamento, adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.
- (D) A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no Art. 27, parágrafo único, da Lei nº 8.987/1995.
- (E) A vedação à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de propósito específico não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

O Direito Administrativo moderno vem passando por profundas transformações, em relação às quais merecem especial destaque as normas sobre interpretação e aplicação do Direito Público promovidas pela Lei nº 13.655/2018 no Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB), cujos reflexos no âmbito do controle interno são inquestionáveis.

À luz das modificações introduzidas pelo mencionado Diploma Legal, analise os aludidos reflexos nas atividades de controle interno, notadamente no âmbito daquele atinente às políticas públicas, enfrentando, especificamente, os aspectos a seguir.

- A₁) Cite e explique os três pilares ou axiomas (características básicas) que respaldam as mencionadas transformações.**
- A₂) Discorra sobre a motivação das decisões acerca da invalidade de ato administrativo, inclusive em face de possíveis alternativas.**
- B₁) Aborde a possibilidade de se indicar condições para a regularização de ato administrativo eivado de vício a ponto de impor ônus e perdas anormais aos atingidos;**
- B₂) Discorra sobre a interpretação de normas sobre a gestão pública, levando em conta as dificuldades práticas do administrador.**

QUESTÃO DISCURSIVA 2

A Lei Orgânica do Município de Niterói estabelece normas específicas sobre a gestão das finanças públicas, abrangendo desde a receita e despesa até o controle e fiscalização orçamentária. A correta aplicação dessas normas é essencial para assegurar uma administração eficiente e responsável com os recursos públicos.

Assim, considere a seguinte hipótese: o Prefeito está elaborando a Lei Orçamentária Anual (LOA), que precisa ser detalhada e aprovada para garantir que todos os setores da administração municipal sejam atendidos de forma eficiente e transparente. Ao mesmo tempo, a Câmara Municipal deve assegurar que as normas e os princípios orçamentários sejam respeitados na execução dos recursos públicos.

Com base na situação descrita, considerando as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos da Lei Orgânica do Município de Niterói, responda, de forma objetiva e fundamentada, aos itens a seguir.

- A) Apresente os principais elementos que devem ser previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para assegurar uma gestão financeira transparente e responsável.**
- B) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, que instituiu as normas gerais de Direito Financeiro, indique os três princípios orçamentários que balizam os processos e as práticas orçamentárias.**
- C) Explique como a Câmara Municipal exerce a fiscalização contábil, financeira e orçamentária sobre a gestão do Prefeito.**

Realização

